

CONFIABILIDADE DAS DCs

e Auditorias Financeiras

Olá! 

Sou Felipe Cavassan Nogueira

Você pode me contatar em felipenogueira@tce.ms.gov.br



Contexto e Evolução
Históricos

- Especialização da contabilidade / técnica.
- Primeiras inspeções e verificações de registros datam de 4.500 a.C.
- Desenvolvimento atrelado à evolução do capitalismo e do mercado financeiro: separação entre propriedade e gestão.
- Opinião de uma parte independente e capacitada tecnicamente.

1.

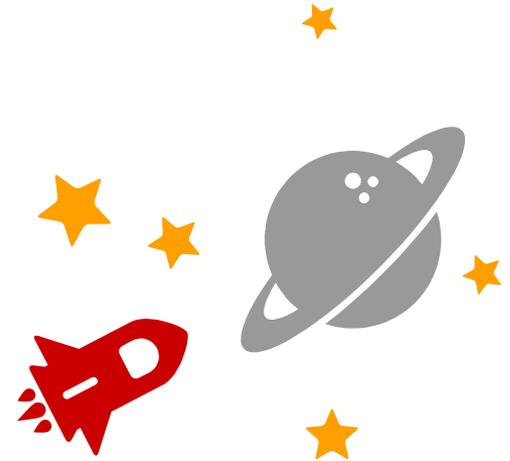
Por que Auditar?

Vamos ver!

Elemento
Gravidade das
Dificuldades
consequências
sistemas de
econômicas das
contabilizações da
teorias contábeis
medida de
interferência
(decisão em tempo e
tomadas a partir
prestação de
das leis
contas

Objetivo

Aumentar a segurança de investidores,
de dar credibilidade e confiabilidade às
informações econômicas e financeiras.



Detalhando...

Usuário

Cada usuário da informação contábil exige um determinado nível de segurança.

Asseguração

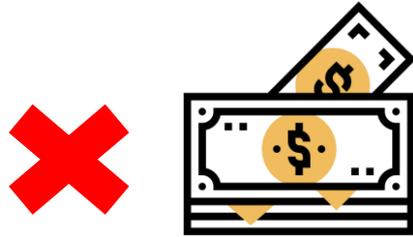
Dois níveis: a razoável (alto) e limitada (moderado) as quais influenciam a forma do relatório emitido.

2.

O que é Auditoria Financeira?

Vamos lá!

Diferenciando...



Auditoria Financeira

Auditoria das DCs



Tradicional



Moderna



ABR e CTF

“

É um processo sistemático de obtenção e avaliação de evidências para garantir, com certo grau de segurança, que as informações apresentadas nas DCs são **confiáveis**.



3.

Confiabilidade?

Isso mesmo!

Aprofundando...

Característica

Qualitativa

Fundamental

Renomeada

IASB/FASB em
2011 – NBC
TG Estrutura
Conceitual.

Denominação

Representação
fidedigna ou
fidelidade de
representação.

Atributos

Completa,
neutra e livre
de erros.

Aprofundando...

Critério de Reconhecimento Contábil

Reconhecimento

Somente se o custo ou valor podem ser mensurados com confiabilidade.

Estimativas e Julgamentos Razoáveis

Seus usos é parte do processo de geração da informação contábil.

Processo de Geração de Informação

Contábil

time to:
escalating at 6% p/a
calculated below, to:
cumulated in 18 yrs

sufficient #1
2 593 184 #2
9 443 598 #3

18 321 948

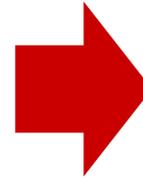
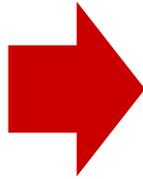
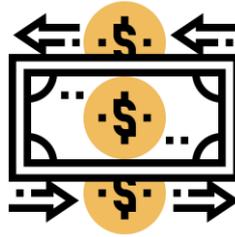
6 486 523
* 24 808 471

DON'T FORGET THE TAX IMPLICATION

Investment #2	Investmt Value at yr end
by way of voluntary monthly investment	
31 662	35 145
33 562	38 264
35 575	41 142
37 710	43 897
39 971	46 537
42 351	49 172

Investment #3	Investmt Value at yr end
by way of voluntary monthly investment	
115 305	127 989
122 221	277 735
129 557	453 060
137 305	654 865

Objeto
Posição patrimonial e financeira



Parte
Mensurador / Avaliador

Contabilistas



Cr terios
NBC TSP

Informa  o do Objeto

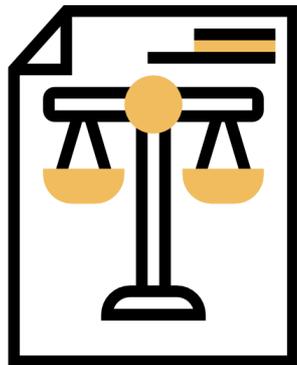
Balanc o Patrimonial



Processo

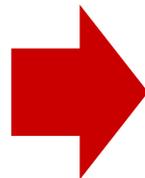
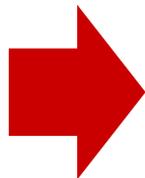
Auditorial

Conjunto de Afirmações



Informação do Objeto

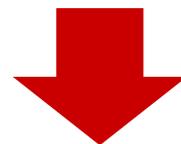
Demonstrações Contábeis



Obtenção de Evidência Adequada e Suficiente

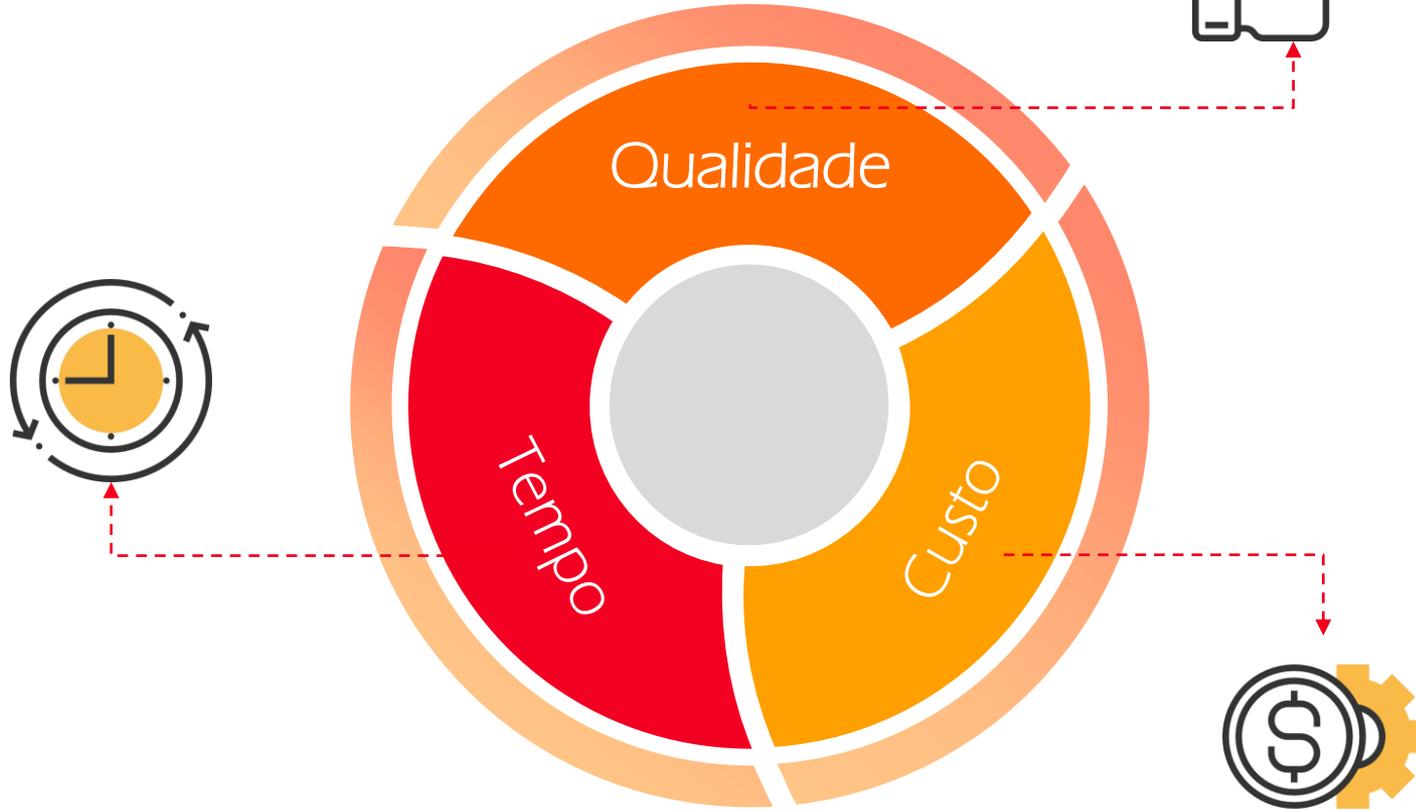


Avaliação das Afirmações com Base em Critérios



Comunicação das Conclusões em Relatório



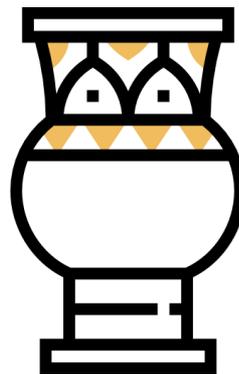
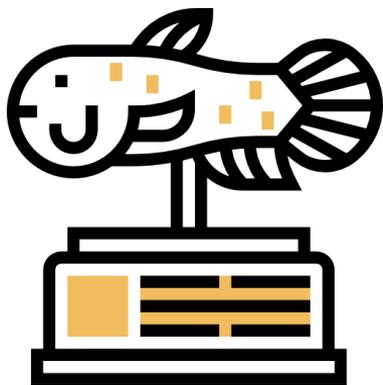


Afirmações

Fatos contábeis, atos de gestão, transações econômicas, atividades operacionais, métodos, normas, sistemas, processos de negócios.



Histórias



Auditor

- Palavra de origem do latim (*audire*).
- Indícios de existência da profissão desde o século XIV (Inglaterra – 1314 – *to audit*).
- No Brasil, instalação de empresas internacionais de auditoria independente.
- Criação de normas de auditoria pelo BACEN em 1972 e da CVM e da Lei das SAS em 1976.

Auditoria Financeira no Setor Público





Área Pública

- Função conferida constitucionalmente aos Tribunais de Contas (CF, art. 70).
- Alta compatibilidade da auditoria financeira com o modelo jurisdicional ou judicial.
- Trabalhos: certificação x asseguração (ISSAIs 100, 200 e 400).



Certificação de Contas



Qualidade da Gestão Pública



Saúde Financeira dos Governos

Área Pública

- Consolidação dos direitos sociais e necessidade de manutenção da estabilidade macroeconômica.
- Ampliação do papel do Governo.
- Preocupação da comunidade sobre a qualidade da gestão das finanças públicas.



4.

Diferenças entre Setores

Público x Privado



1) Independência dos Auditores



2) Papel e Responsabilidades



3) Escopo



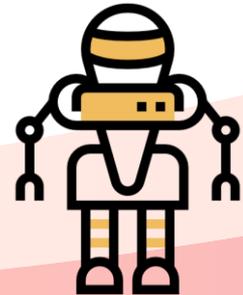
4) Relatórios



5) Finalidade



6) Modelo



Limitações para diagnóstico completo sobre a gestão pública.

Tipos de Auditoria



Auditoria de Conformidade	Auditoria de Desempenho	Auditoria Financeira
Investigar a adequação de procedimentos com leis e regulamentos	Avaliar a eficácia e eficiência das operações da organização	Verificar a confiabilidade das DCASP's



5.

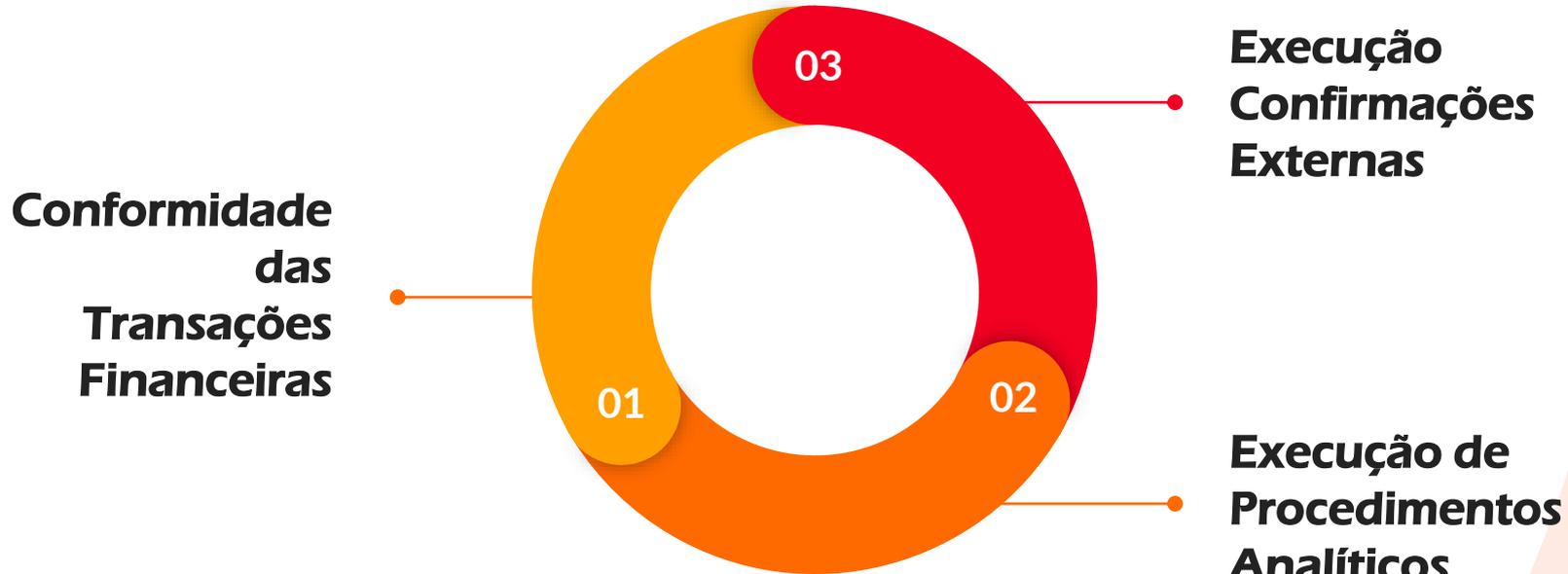
Fatores Impeditivos

= (

Fatores

- Contabilidade pública regida pela Lei nº 4.320/1964 (marco regulatório).
- Foco da CASP nos aspectos orçamentários.
- Aplicação de regime contábil modificado (empenho para despesas e caixa para receitas).

Auditoria Financeira em TCs



**Trabalhos de revisão
Asseguração limitada**



7.

Inovações na CASP?

Yes!

Inovações

- Edição do MCASP e NBCASP / parceria entre a STN e o CFC.
- Em 2000, LRF estabelece o regime contábil de competência (segregação dos regimes contábeis).
- Em 2007, convergência das normas do setor público aos padrões internacionais.
- Em 2015, a obrigatoriedade de adoção do PCASP.

6.

Quais Benefícios?

Muitos!

Benefícios

- Transparência das contas públicas.
- Padronização de procedimentos nas 3 esferas de governo.
- Melhor compreensão e comparabilidade de dados contábeis entre países e regiões.
- Maior precisão no processo de tomada de decisões e mais confiança no processo *accountability*.

Benefícios

- Favorecer transações internacionais e o desenvolvimento do mercado interno.
- Mitigar riscos fiscais e suas consequências (inadimplência, desemprego, fuga de investimentos estrangeiros).
- Fortalecimento do controle interno e evolução de procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis.



Desafios

- Maior aderências às ISSAIs e às boas práticas de EFS / parceria entre CFC-Atricon (NBC TAG) / 1S 2020.
- Interconexão maior da auditoria financeira com outros tipos de auditoria.
- Acelerar o desenvolvimento de auditorias financeiras baseadas em risco (ABR).

Desafios

- Contabilidade de custos / estrutura de custos de programas e ações orçamentários.
- Redirecionar exames para a confiabilidade de sistemas e da gestão de controles subjacentes às DCASPs.
- Reforçar o valor comunicativo e a relevância de relatórios emitidos (aperfeiçoamento de estrutura e conteúdo).

Referências

- Dutra, T. A. G.; Cavalcante, R. L. Auditoria financeira na apreciação das Contas do Governo da República. Brasília: **Revista do TCU**, 2011.
- Oliveira, A. C.; Dutra, T. A. G. Credibilidade dos governos, papel das EFS e boas práticas internacionais de auditoria financeira. Brasília: **Revista do TCU**, 2014.
- Dutra, T. A. G.; Champomier, J. A função de auditoria financeira em Tribunais de Contas: as perspectivas do TCU e a experiência da Corte de Contas da França. Brasília: **Revista do TCU**, 2014.
- Longo, C. G. **Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Referências

- Attie, W. *Auditoria: conceitos e aplicações*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- Gelbcke, E. R *et al.* *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- Crepaldi, S. A; Crepaldi, G. S. *Auditoria contábil: teoria e prática*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- Fontes: SlidesCarnival; Pixabay; Pexels.

Obrigado!



Alguma pergunta?

=)